

REFLEXOS DA FRAGMENTAÇÃO PÓS-MODERNA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: OS EDITAIS COMO POLÍTICA

REFLEJOS DE LA FRAGMENTACIÓN POSMODERNA EM LA FORMACIÓN DOCENTE DE EDUCACIÓN BÁSICA: LOS AVISOS PUBLICOS COMO POLÍTICA

REFLECTIONS OF POST-MODERN FRAGMENTATION IN THE TEACHER TRAINING FOR BASIC EDUCATION: PUBLIC NOTICES AS A POLICY

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i3.51339>

Renata Flores¹

Resumo: Elaborado com base nos estudos empreendidos no processo de doutoramento da autora, este artigo tematiza a perspectiva da tese de que a Política de Editais foi aplicada à Formação Docente para a Educação Básica de modo heterônomo embora com o consentimento ativo dos/as formadores/as. Trabalha com a percepção de que a ausência de crítica nesse processo, que contribui para o desconhecimento efetivo de seu desenvolvimento, revela reflexos da fragmentação pós-moderna na área.

Palavras-chave: Política de Editais. Formação Docente. Pibid. Residência Pedagógica. PARFOR.

Resumen: Con base en estudios realizados en el proceso de doctorado de la autora, este artículo discute la perspectiva de la tesis de que la Política de Avisos Públicos se aplicó a la Formación de Profesores de Educación Básica de forma heterónoma, aunque con el consentimiento activo de los formadores. Se trabaja con la percepción de que la ausencia de crítica en este proceso, que contribuye al desconocimiento efectivo de su desarrollo, revela reflejos de la fragmentación posmoderna en el área.

Palabras clave: Política de Avisos Públicos. Formación Docente. Pibid. Residência Pedagógica. PARFOR.

Abstract: Based on studies undertaken in the author's doctoral process, this article discusses the perspective of the thesis that the Public Notices Policy was applied to Teacher Training for Basic Education in a heteronomous way, although with the active consent of the trainers. It works with the perception that the absence of criticism in this process, which contributes with the effective ignorance of its development, reveals reflexes of the postmodern fragmentation in the area.

Keywords: Public Notices Policy. Teacher Training. Pibid. Residência Pedagógica. PARFOR.

– Então por que motivo o senhor não está numa ilha?
– Porque, no fim das contas, preferi isto – respondeu o Administrador. –
Deram-me a escolher: ser mandado para uma ilha,
onde poderia continuar dedicando-me à ciência pura,
ou ser admitido no Conselho Supremo,
com a perspectiva de ser promovido
oportunamente a um posto de Administrador.

Aldous Huxley, 2003

Elaborado com base nos estudos empreendidos no processo de doutoramento da autora, este artigo tematiza a perspectiva da tese² de que a Política de Editais foi aplicada à Formação Docente para a Educação Básica de modo heterônomo embora com o consentimento ativo dos/as formadores/as. Trabalha com a percepção de que a ausência de crítica nesse processo, que contribui para o desconhecimento efetivo de seu desenvolvimento, revela reflexos da fragmentação pós-moderna na área.

É fato que a Política de Editais dirigida à Formação de professores para a Educação Básica tem uma abrangência numericamente pouco expressiva. O maior programa por ela regido, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), em seu período de maior aporte, não impactou nem 5% dos estudantes matriculados em cursos de Licenciatura no país (FLORES, 2021). No entanto este é um fato desconhecido pela imensa maioria tendo em vista que a adesão aos editais – expressiva sobretudo no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) – é produtora de uma percepção distorcida do mesmo. Trata-se de um paradoxo importante: a preponderância nas públicas sugere aos que nelas estão imersos uma dimensão falsa dos programas em sua totalidade tendo em vista que as instituições particulares são muito mais numerosas, não só em ‘unidades’ como em número de matrículas. Ou seja, apesar de muito presentes nas IPES, em sua totalidade os Programas são efetivamente demasiado pequenos. Daí derivamos que sua implementação, inicialmente dirigida exclusivamente às IPES inclusive, constitui estratégia certa para a consecução e reposição da hegemonia do capital por dentro dessas instituições.

Com foco nas Instituições Públicas de Ensino Superior, objetivando demonstrar como o fenômeno vem sendo apreendido por intelectuais da área, desvelar, portanto, o papel que a Academia vem desempenhando nesse processo, acompanhamos atividades acadêmicas³ sobre os/dos Programas de Formação via edital estudados – além do Pibid, o Programa de Residência Pedagógica (RP), o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Além disso, nos dedicamos a levantar e analisar a produção acadêmica disponível. Nesse percurso, encontramos setores da Academia apassivados, majoritariamente cooptados pelos editais, assim, concretamente subsumidos à referida política. Por meio da interrogação acerca da capacidade da intelectualidade nacional de problematizar, conceituar e teorizar sobre a incidência de programas que se forjam por meio da referida ferramenta, constatamos que a crítica contida no clássico Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley (2003), cala fundo. Como veremos, a ciência está em baixa. O avanço da política de editais no campo da formação docente e a praticamente inexistente crítica sobre o fato nos leva a depreender que, como máquinas pavimentadoras, nossos “Conselhos Supremos” estão garantindo avenidas para o *ethos* privado nas “ilhas” do consenso forjado que parecem ter se tornado nossas IPES.

A literatura acadêmica sobre os editais para a Formação Docente

Em parte de nosso trabalho de pesquisa nos dedicamos a sistematizar os estudos sobre a problemática dos editais vocacionados à Formação Docente. Com este objetivo direcionamo-nos a bibliotecas eletrônicas e outros fundos documentais a partir dos quais constatamos uma recorrência: são muito mais numerosos os materiais dedicados a programas específicos do que a discussões sobre os editais como política formativa da docência. Dá uma ideia desta incidência o quadro abaixo, que apresenta os resultados preliminares do levantamento da literatura acadêmica disponível de acordo com algumas palavras-chave:

Quadro 1. Número de resultados preliminares de levantamento de literatura acadêmica, 2020

Palavras-chave	Sites de busca e resultados obtidos	
	Scientific Electronic Library Online (SciELO)	Google Acadêmico
Pibid	60 resultados	64.800 resultados
PARFOR	11 resultados	11.800 resultados
“Política de Editais”	0 resultados	327 resultados

Fonte: FLORES, Renata (2021, p.155).

Para expor uma discrepância verificada durante o levantamento, selecionamos dois dos sites de busca e três das palavras-chave utilizados. Além dos resultados preliminares de trabalhos acadêmicos sobre a Política de Editais serem tão menos numerosos do que aqueles que se referem a um ou outro programa de formação especificamente, a produção é muito mais farta em relação a um deles. A quantidade de materiais sobre o Pibid – teses, dissertações, artigos, trabalho em congressos –, se comparada a qualquer dos outros programas de formação de professores, é expressivamente maior. A comparação com o PARFOR é a que revela a menor diferença no volume dos trabalhos, mas ainda assim é bastante significativa, representando muito mais que o dobro dos resultados. Ademais cabe sublinhar que dentre os materiais relacionados à busca com “Política de Editais” potencialmente estão também textos sobre programas específicos. Afora essa constatação panorâmica, a pesquisa assinalou um imbróglgio importante de ser observado. Ficou claro que nas produções referentes aos programas específicos de formação docente com recursos de editais, há uma tendência de relações estreitas entre os autores dos textos e os programas/projetos sobre os quais discorrem. Analisando trabalhos sobre Residência na formação, por exemplo, pudemos constatar que a maioria dos recolhidos

[...] é escrita por alguém que realiza o programa/projeto, por alguém que diretamente faz, ou fez, parte da equipe de desenvolvimento do mesmo. [...] Isso significa que a bagagem teórica acumulada é majoritariamente organizada por quem de algum modo se posicionou em relação ao tema. Afilando ainda mais a visada, é preciso dar a ver que é possível aferir que a teoria está sendo estruturada hegemonicamente pelos que comungam dos projetos/programas. (FLORES, 2017, p. 10).

Tal tendência, inferimos, leva ao significativo volume de produções que focam em programas específicos de formação, o que culmina numa literatura que hegemonicamente não os tematiza em

essência, já que se dedica a abordar uma ou outra experiência implementada – numa perspectiva majoritária de “experiência exitosa” – e não os programas como política governamental.

Visando debater a temática pelo prisma mais abrangente e estruturador, nosso primeiro levantamento foi no Google Acadêmico. Nessa visada geral, ficou explícito que uma quantidade significativa deles não traz reflexões sobre a área da Educação. A esmagadora maioria da produção diz respeito a debates no campo da Cultura. Não foi nossa intenção examiná-los, mas é relevante assinalar que 2003 emergiu como ano de implementação da política de editais naquela área, período da ascensão de Lula (PT) à presidência. Também é expressiva a recorrência de textos nos âmbitos da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e da Saúde. Não há um debate efetivamente sistematizado sobre os “editais” como ferramenta, como modalidade de financiamento de políticas públicas, ou como modo de fazer política de formação de professores. Há discussões que tangenciam o objeto fornecendo elementos para municiar análises, conforme exporemos adiante.

Para o refinamento da busca, juntamos à “política de editais” a palavra-chave “educação”. Examinamos os 215 resultados exibidos – títulos, resumos quando era o caso, ocorrência das palavras-chave de nosso interesse – que ainda trouxeram enorme quantidade de materiais de áreas distintas. Eliminando esses casos, selecionamos dez textos. Em novos ensaios, utilizamos mais duas combinações de palavras-chave: “política de editais” “educação” “formação docente”, que nos rendeu mais quatro trabalhos; cruzando “política de editais” “educação” e “formação de professores”, mais três. Com essas combinações, pesquisamos materiais nos repositórios e bibliotecas eletrônicas mais específicos: dos 12 resultados exibidos na Scientific Electronic Library Online (SciELO), dois versavam sobre a área da Educação e nenhum citava a política de editais. No Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) encontramos um trabalho e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES mais um.

Outros sites foram consultados, tais como Domínio Público e o repositório da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd), mas nesses não foram encontrados quaisquer resultados. Depois da coleta, o corpus documental ficou com 19 produções, entre artigos e trabalho apresentado em evento, dissertações e teses, conforme quadro a seguir.

Quadro 16. Produções Acadêmicas sobre Política de Editais na Educação e/ou na Formação de Professores: tipo de produção, título, autoria, fonte, data – Brasil, 2010-2018

	25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de Formação Politécnica Roberto Leher <i>Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de Formação Politécnica no SUS, EPSJV, 2010</i>
--	--

	<p>A nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil: Entrevista com Lúcia Neves Olinda Evangelista e Eneida Oto Shiroma <i>Perspectiva</i>, jan./jun. 2011</p> <p>Políticas Públicas instituídas pelo Ministério do Meio Ambiente: Análise da documentação e implementação do Programa de Formação de educadores/as ambientais (ProFEA) Yvaga Penido, Leonardo Kaplan e Frederico Loureiro <i>VITAS</i>, setembro 2014</p> <p>A Universidade Federal de Pernambuco e a “Política de Editais”: uma análise a partir do ciclo de políticas públicas Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros <i>Educação Unisinos</i>, maio-agosto 2016</p> <p>Americanismo, o novo marco de Ciência, Tecnologia e Inovação: sequestro do fundo público pelo capital financeiro João dos Reis Silva Júnior e Fabíola Bouth Grello Kato <i>Ecos</i>, set./dez. 2018</p>
TRABALHO EM EVENTO	<p>Políticas Públicas educacionais contemporâneas, Formação docente e impactos na escola Olinda Evangelista <i>Anais XVI ENDIPE</i>, 2012</p>
DISSERTAÇÕES	<p><i>A extensão universitária como instrumento de política pública</i> Flávio Pereira Diniz UFG, 2012</p> <p><i>Pesquisa científica, editais de financiamento e a heteronomia acadêmica</i> Simone Maria da Silva UFRJ, 2012</p> <p><i>Educação entre alienação e emancipação: um estudo de caso do Quilombo Campinho da Independência, Parati, RJ</i> Jade Prata Bueno Barata UFRJ, 2013</p> <p><i>A cultura científica de professores da Educação Básica: a experiência de formação a distância na Universidade Aberta do Brasil – UFMG</i> Jéssica Norberto Rocha UniCamp, 2013</p> <p><i>Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Brasil: avanços e desafios</i> Carina Pascotto Garroti UniCamp, 2014</p>
TESES	<p><i>Mudanças na graduação na Universidade pública: a nova prática da Iniciação Científica</i> Sílvia Alves dos Santos UFSCar, 2013</p> <p><i>A Educação Ambiental como proposta crítica para práticas emancipatórias com pescadores artesanais: um estudo de caso no estuário na Lagoa dos Patos, extremo Sul do Brasil</i> Aléssio Almada da Costa FURG, 2013</p> <p><i>A nova política de financiamento de pesquisas: reforma no Estado e no novo papel do CNPQ</i> Fabíola Bouth Grello Kato UFSCar, 2013</p> <p><i>As tecnologias digitais como dispositivo de poder: da Universidade Aberta do Brasil ao Sistema Virtual de Aprendizagem do Brasil – Moodle</i> Alásia Santos Ramos do Nascimento UFPB, 2015</p> <p><i>Estudo dialógico de um programa Público-privado de formação continuada do professor de Língua Portuguesa</i> Shirlei Neves dos Santos Campos UniCamp, 2016</p>

	<i>A palavra conta, o discurso desvela: saberes docentes na formação continuada de professores de leitura e escrita</i> Elizabeth Orofino Lucio UFRJ, 2016
	<i>Formação de professores: realidade, contradições e possibilidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFFS – Campus de Laranjeiras do Sul – 2012-2017</i> Edson Marcos de Anhaia UFSC, 2018
	<i>As políticas de ciência e tecnologia a partir da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia: um novo padrão de pesquisa e as implicações para as universidades públicas</i> Simone Maria da Silva UFRJ, 2018

Fonte: FLORES, Renata (2021, p. 158).

Pela quantidade de produções encontradas, a carência de debate sobre o advento da política de editais na Educação, sobretudo em sua ênfase na formação docente, foi explicitada. Nenhum dos textos encontrados trata da problemática sob exame; optamos por trabalhar com os materiais que contribuíram para refletir sobre a Política de Editais na Formação Docente, colocando-os em diálogo entre si e com a empiria recolhida em nossa pesquisa

As produções acadêmicas que compõem o balanço de literatura se inserem em debates do campo da Educação, uma área abrangente que contém uma gama de ênfases em suas discussões, como se revela nos materiais coligidos. Incluímos na seleção os trabalhos que citam, ao menos uma vez, a expressão “política de editais” e, na primeira leitura, constatamos que no caso de Campos (2016) uma utilização é feita de modo informativo, contextualizando seu objeto, enquanto no de Garroti (2014) e Rocha (2013) se dá na citação de um documento legal. Nesses três casos, além de não haver centralidade do termo, ele é colocado sem qualquer adjetivação, portanto, sem elementos que contribuem para análises. Anhaia (2018), Diniz (2012) e Kato (2013) se dedicam à política de editais de modo mais detido, mas muitos dos demais trabalhos citam a expressão uma só vez, conquanto tragam dados, impressões, perspectivas ou sínteses que se mostram férteis para reflexões acerca da temática. Dois excelentes exemplos são os artigos de Leher (2010) e de Silva Júnior, Kato e Ewerton (2018) que, na singular citação do termo, remontam à sua gênese nas políticas dirigidas às Universidades brasileiras.

Leher (2010), historicizando o percurso da Educação Pública no Brasil, refere a política de editais como desdobramento da chamada “Reforma Universitária” de 1968. Silva Júnior, Kato e Ewerton (2018, p.176), nos meandros do debate acerca do novo Marco Legal da CT&I50, atualizam o desenvolvimento dessa política, assinalando sua ênfase recente com o advento do que denominaram “[...] a nova política de editais do CNPq [...]”. Pontuam a importância da opção pelos editais, caracterizando tal *modus operandi* como um dos principais marcos políticos e jurídicos de

[...] uma política de Estado que já vem sendo formulada no Brasil desde meados dos anos 2000, operacionalizando-se por meio da formulação de uma agenda nacional a partir da gestão de Luís Inácio Lula da Silva (SILVA JÚNIOR; KATO; EWERTON, 2018, p. 175-176).

Diniz (2012) apresenta o dado de que em 2003, sob a chefia de Cristovam Buarque (então PT, hoje, Cidadania), o Ministério da Educação – que desde a Carta Magna de 1988 passou a

considerar a extensão universitária como indissociável das atividades de ensino e pesquisa nas universidades brasileiras –, criou o Programa de Apoio à Extensão (PROEXT) pautado exclusivamente em editais. A pesquisa realizada indicou o ascenso de editais voltados para a formação docente nessa mesma época, com Fernando Haddad (PT) à frente do MEC. O primeiro edital para a UAB data de 2005 (BRASIL/PDE, s.d.), o Pibid é de 2007 (CAPES/DEB, 2013), o PARFOR de 2009 (CAPES/DEB, 2013), para citar os três exemplos, dos quatro programas que estudamos, existentes desde então.

Diniz (2012, p. 69) é um dos autores que contribuiu para construirmos nexos sobre a opção pela implementação dos editais, trazendo elementos para a compreensão da lógica que os organiza como modelo a ser replicado, ao indicar que o Programa de Extensão Universitária,

denominado inicialmente como Programa de Apoio à Extensão voltado às Políticas Públicas, é considerado um significativo avanço na **política de financiamento** nesse ministério às ações de extensão com ênfase no desenvolvimento de políticas públicas sociais nas mais diferentes áreas. (Grifos nossos)

Eis uma primeira face atribuída aos editais pela literatura recolhida: são arregimentados pela racionalidade da organização financeira, fato ofuscado ou, no mínimo, impensado. Face basilar, corroborada pelas pesquisas empíricas realizadas. Aquilatando a importância desta característica, tratemos dela e de outros obscurecimentos com maior detalhe.

O desfile dos editais

*É o tambor que vai adiante,
os carneiros em seguida;
os carneiros dão a vida
pelo desfile brilhante,
e fazem mais um favor:
dão o couro pro tambor.*

Bertholt Brecht

Schweyk na Segunda Guerra Mundial, 1996

Leher (2010, p. 30) situa o gérmen da política de editais trazendo na sua datação o vínculo com o orçamento. O autor remonta à Reforma Universitária de 1968, que leva ao estabelecimento de marcos até então inéditos, tais como o da pesquisa como parte da função social das Universidades, para indicar a constituição da lógica dos editais como uma política “[...] forjada na Secretaria de Planejamento, o novo locus dos principais órgãos de ciência e tecnologia [...]”. Naquele momento chefiada por Delfim Netto (então Arena, hoje, Partido Progressista), a Secretaria aglutinava outros focos de atuação para submeter a seus fundamentos econômicos. Destaque-se a origem da aproximação entre as áreas da Ciência e Tecnologia e da Educação, sob esses princípios. Esse é um aspecto relevante para relacionarmos o papel que a CAPES – órgão historicamente vinculado à pesquisa e versado na lida com editais, na gestão da política com eles – viria a ser chamada a coordenar os projetos para a Formação de Professores e, mais especificamente, os programas ora estudados.

Encontramos dados que permitem historicizar a organização da Política de Editais no campo educacional, por um lado, como instrumento de adaptação financeira às demandas do capital, o que se confirma na análise da documentação e se coaduna com o que postulam diferentes autores coligidos no balanço de literatura. Constatamos que as investidas precursoras ocorrem no primeiro mandato de Lula da

Silva (PT), a partir de 2003, com o incremento dos editais no CNPq – segundo Kato (2013, p. 25), o principal elemento do “[...] novo paradigma de financiamento de pesquisas [...]”. O avanço nesse percurso é delineado por Penido, Kaplan e Loureiro (2014, p. 9) ao analisarem documentação e implantação do Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), de 2005. Os autores examinam as entranhas do ‘novo paradigma’ indicando que a política de editais “[...] busca gerenciar, no sentido de regular, racionalizar e otimizar os recursos públicos [...]”, classificando-a como “[...] condizente com a lógica de mercado [...]”. A necessidade de racionalização dos recursos responde à premência de adaptação das instituições e órgãos públicos aos ajustes e contenções demandados pela política econômica neoliberal em curso. Outro desdobramento do movimento é apresentado por Medeiros (2016, p. 216) em sua avaliação da política de editais implementada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), iniciada em 2008. Segundo o autor, o uso da ferramenta na instituição leva a definição das questões da extensão ao planejamento estratégico, sendo os editais o meio de dar concretude à “[...] ideia de direcionar o financiamento e as ações da política institucional da UFPE [...]” (MEDEIROS, p. 216). Em função dos cortes, era a garantia das rédeas das verbas, da lida com as distintas medidas de austeridade que então se avizinhavam e hoje estão bem costumazes.

Afora o caráter de ferramenta útil aos arranjos das premências financeiras, Lucio (2016, p. 133) analisa a formação continuada de professores alfabetizadores e, neste campo, problematiza a gerência externa indicando que “[...] as diretrizes para a formulação de editais sempre foram influenciadas em nível macro pelos organismos internacionais”, referindo a política de editais como “[...] difusor[a] de um ethos acadêmico mais pragmático e de uma concepção de pesquisa como parte da função social da academia, mas com pauta geral definida em nível meso”. De modo mais direto, identifica na documentação que “as recomendações da OCDE se materializam no discurso do edital [...]” (LUCIO, 2016, p. 134), reiterando sua compreensão do caráter indutor que emprenha a PE. Elemento que de fato é explicitamente colocado em diferentes situações. Em matéria informativa divulgada na página eletrônica da CAPES, se anuncia que

os editais fazem parte de um grande conjunto de ações para melhoria da política de fomento da educação básica, uma das prioridades da atual gestão do Ministério da Educação. Eles atendem a objetivos estratégicos, envolvendo desde a ampliação do número de discentes de licenciatura até o aprimoramento dos mecanismos de indução (MORATO, 2018. Grifos nossos).

Por consistir num modo de organização orçamentária decidido a despeito de interesses e necessidades pedagógico-formativos nas mais diversas áreas das universidades, o engenhoso funcionamento da política de editais garante, a reboque, a condução heterônoma de princípios no

interior das IPES. Segundo Lúcia Neves, em entrevista a Evangelista e Shiroma (2011, p.238), “Esses editais funcionam decididamente como instrumentos da nova pedagogia da hegemonia voltados para as instituições de educação superior”. Uma pedagogia que vem sendo difundida nas universidades e demais IES públicas brasileiras, por intelectuais que as compõem. Apesar de os pesquisadores elencados serem tomados como “pensadores” de seus campos de atuação, depreendemos que temos um vácuo intelectual em relação à PE. Seja pela parca produção acadêmica encontrada, seja pela adesão das IPES aos editais publicados, vemos que boa parte do professorado demonstra, ou ignorar as determinações que engendram a política que têm contribuído para difundir, ou desprezar a importância de teorizar sobre o fenômeno. Analogamente ao romance de Huxley (2003), certamente há os que desejam se tornar “administradores”, dentre os quais os arautos formuladores/implementadores do projeto inclusive, mas parcela significativa dos docentes tem desempenhado o papel de executores, ou de carneiros em desfile – na aproximação da ácida crítica de Brecht –, da exógena e econômica Política de Editais.

Do ethos em construção para a reposição da hegemonia burguesa

Ao tratar da política de editais na Universidade Federal de Pernambuco, Medeiros (2016, p. 216) agrega contribuições à percepção da PE como fundada na lógica mercadológica, em função da adaptação ao momento financeirizado da economia, quando argumenta que

[...] a UFPE passou a adotar uma estratégia aquiescente (Mello et al., 2010) aos modelos nacionais e internacionais de Nova Administração Pública (New Public Management), baseados na “adaptação e [na] transferência dos conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o público (Peci et al., 2008, p. 40)”. (MEDEIROS, 2016, p. 216)

O autor está pensando na UFPE a partir da implementação do programa de editais para extensão naquela universidade, por volta de 2008, período em que Lula (PT) está em seu segundo mandato presidencial. É nesse contexto que, segundo ele, a adaptação envolve, além do arranjo de provisão e distribuição do financiamento, um movimento de gestão dos recursos que coloca em cena valores do mercado. Nas palavras de Medeiros (2016, p. 221),

A “política de editais” tem, portanto, uma concepção “fina” de justiça, a qual, como resume Kerstenetzky (2006), está ligada a uma visão centrada no mercado, e na meritocracia, e que, a partir de uma leitura influenciada pelo discurso público norte-americano, incorpora “uma ética da responsabilidade” [...].

A arena competitiva foi montada, porque os editais não disponibilizam recursos que atendam a todos. Não nos esqueçamos que respondem à necessidade de adaptação à economia neoliberal que lega aos trabalhadores os ajustes e cortes que visam garantir a expansão do capital e não das pesquisas na esfera pública. Apesar disso, professores e professoras das IPES vêm organizando sazonalmente suas atividades em função dessa espécie de jogo, respondendo às chamadas públicas sempre que são publicadas e visando adequar seus currículos ao que é esperado. Alheias/os a essas determinações,

apostando na possibilidade de tirar da política o que de melhor for possível, ou convencidas/os de que têm que ‘merecer’ a concessão em função da necessidade do recurso, professoras/es vêm validando acriticamente uma política que atenta contra sua própria autonomia. Santos (2012, p. 84) indica que “como parte desse processo de disputa por financiamento, ainda em condições precárias de trabalho, o currículo lattes passou a contar, prioritariamente, para definir o mérito da pesquisa e o status do pesquisador”. Ao mesmo tempo, os que concorrem perdem de vista, apesar de conviverem cotidianamente com o fato, que não basta a flexão em se encaixar na proposição; que não basta estar entre os que são julgados como “merecedores”, porque às vezes até se indica o mérito, mas o recurso finda. É praticamente um jogo de azar, com competição entre pares e critérios de distribuição de recursos pouco claros. Visto por este ângulo, o fenômeno da proliferação dos editais exhibe mais uma faceta do mecanismo: o alinhamento às pautas de organismos multilaterais, denotando se tratar de um arranjo que se dá em articulação com demais setores comprometidos com a manutenção da hegemonia burguesa. Pensar os editais à luz de “consensos” que vêm sendo espriados há anos pelos OM, tais como o de que é preciso “Involucrar toda sociedad en la educación [...]” (OREALC/UNESCO, 2005, p.17) tendo em vista que “El territorio político de la educación se ha movido dentro la lógica Ministerio de Educación – Sindicato, lo que ha generado un bloqueo al sector [...]” (OREALC/UNESCO, 2005, p.23), por exemplo, contribui para percebermos aspectos que conformam a política e, concomitantemente, levam à alienação em relação a princípios básicos aviltados, como o da autonomia das instituições públicas. Santos (2012, p. 84) destaca de modo mais direto os ganhos dos setores produtivos empresariais nesse processo apontando que se verifica, nesse movimento, a retirada do Estado da esfera pública, dando-se sua atuação na forma de incentivos privados e competitivos que garantam a ampliação e a continuidade de convênios e parcerias fomentadoras de pesquisas voltadas ao setor privado empresarial. Com base na compreensão gramsciana de Estado integral, no entanto, é necessário ressaltar a acepção da autora. Para Gramsci (2014, p. 21), há

[...] dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política [...]’.

Assim, reiteramos o papel do empresariado nessa engrenagem, mas não podemos deixar de assinalar que esse movimento não expressa a retirada do Estado brasileiro da esfera pública. Ao contrário, trata-se do Estado – Sociedade Política e Sociedade Civil – lançando mão de seus recursos e ferramentas pela “[...] hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade [...]” (GRAMSCI, 2014, p. 21) em favor do capital. Uma organicidade de funcionamento do Estado burguês apontada por Marx (2013), por exemplo, ao debater a jornada de trabalho e demonstrar, pela análise das lutas da classe trabalhadora inglesa na história da lei fabril de 1850, a movimentação da burocracia jurídica em favor dos capitalistas de então. Kato (2013, p. 34) agrega a esta concepção, ao analisar editais do CNPq publicados entre 2004 e 2011, sintetizando as adequações do organismo estatal:

[...] este órgão nos anos 2000, mais especificamente nos anos de 2003 e 2004, altera o desenho de sua política de financiamento. Grande parte de sua dotação orçamentária para subvenção de projetos, bolsas de estudos e de formação técnica e tecnológica, cursos e programas passam a ser destinadas a editais de demandas induzidas, ou seja, o CNPq na condição de agente executivo do MCT passa a induzir, via financiamento público, políticas de demandas econômicas e focais orientado pelo atual desenho produtivo brasileiro, sobretudo, pela nova PITCE [Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior].

A atuação do CNPq em consonância com o MCT mostra a vinculação dos movimentos do Conselho com as determinações mais gerais. Basta lembrar que nesse período Lula estava na presidência, tendo sido eleito numa campanha fortalecida por uma coligação de partidos, dentre os quais o Partido Socialista Brasileiro (PSB). O MCT teve como presidentes nesses anos Roberto Amaral e, em seguida, Eduardo Campos, ambos do PSB – o primeiro deles então presidente do partido. Nesse contexto, é relevante observar a centralidade que os editais assumiram no CNPq. É uma ferramenta a serviço da racionalidade financeira e ideológica que se intenta consolidar no interior dos órgãos e instituições estatais, por conta das necessidades de reposição da hegemonia. A interface desse movimento com as IES é óbvia, e seus rebatimentos são perceptíveis, como Santos (2013, p.84) problematiza com base em sua pesquisa de doutoramento sobre mudanças na graduação nas universidades públicas: “No Paraná, particularmente na UEL, as pesquisas na área das Ciências Agrárias parecem confirmar a hipótese de uma aproximação entre o setor de agronegócios e a academia [...]”. Além da tendência de as IES serem pautadas de modo tão heterônomo, ainda tem o detalhe de que os editais se conformam num caráter de política focal que gera uma desigualdade significativa no ambiente acadêmico. Crescentemente representando o meio quase exclusivo de algum financiamento, os editais se dirigem a áreas “prioritárias” – definidas de modo exógeno –, o que, conclui-se, leva ao abandono de outras. Numa lógica produtivista e focada na crescente acumulação não é difícil imaginar que áreas serão (vêm sendo) priorizadas. Lúcia Neves ressalta essa inflexão na entrevista concedida a Evangelista e Shiroma (2011, p. 238):

A prática de editais, ao mesmo tempo em que satisfaz o pesquisador individualmente, transforma simultaneamente parcela das instituições públicas em “ilhas de excelência”, com auditórios luxuosos, salas dotadas de todo um arsenal tecnológico de ponta, em áreas prioritárias das políticas oficiais. Entretanto, os departamentos de ensino de áreas não estratégicas para a política oficial permanecem em estado lastimável de conservação e uso: cadeiras quebradas, goteiras no teto, banheiros em péssimo estado. (EVANGELISTA e SHIROMA, 2011, p. 238)

Corroborando a incidência desta assimetria, embora não apresente o conteúdo das diferenciações, Diniz (2012, p. 80) observa que, “Da mesma forma que no edital de 200953, os recursos orçamentários [no de 2010] foram distribuídos diferenciadamente por cada linha temática”. Isso ocorre com as diferentes modalidades de financiamento por meio de edital. Quer sejam verbas de custeio, de aquisição de bens de capital ou bolsas. Kato (2013, p. 29) contribui para a demonstração desta caracterização com maior detalhamento dos dados de sua pesquisa no CNPq:

Quando analisamos o percentual de cada área do conhecimento pelo total de propostas aprovadas (4.051), a área de ciências da vida aprovou 44% das bolsas, a área de Ciências exatas, da terra e engenharia aprovou 35% e a área de ciências humanas e social aplicadas obteve 21% de aprovação.

Neste ponto temos algum lastro para subsidiar uma problematização acerca de quem vem figurando como carneiro ou fornecedor de couro para os tambores.

Sobre dar o couro para o tambor

No contexto econômico de sucessivos ajustes, a pauperização das Instituições Públicas de Ensino Superior vem conformando o subjugo financeiro e de conteúdo via política de editais, não sendo esta a única forma de subordinação das IPES. De todo modo, tal quadro não se configura por completo apenas por esta variável. Cabe reconhecermos outras imbricações que favorecem tal desenho e nos ajudam a compreender tanto o encurralamento em si, quanto o papel desempenhado por professoras e professores das IPES nesse processo.

É importante situar que mais de um autor refere a questão das condições de trabalho e salário como solo fértil para a consolidação desta lógica. Santos (2016, p. 84) indica que “[...] dentro das universidades verificou-se um processo de precarização que se pôs como justificativa para a consolidação de uma política de editais de financiamento para as pesquisas”. Isto porque os editais aparecem, cada vez mais, como as únicas pontes de acesso a fomento – inicialmente para os trabalhos científicos e atualmente para as políticas de formação docente também. Soma-se a isto o fato de, com frequência, os editais oferecerem concessão de bolsas aos envolvidos na iniciativa contemplada, o que decorre no incremento ao estímulo à adesão em aspectos que valem ser detalhados.

No plano individual, o da perspectiva do/da docente, há impactos materiais e simbólicos. Por um lado, com salários crescentemente rebaixados e instado a “produzir”, a percepção de uma bolsa periódica durante a vigência de um projeto conquistado via edital público como um sobressalário. Ao mesmo tempo, a aprovação obtida mediante edital credencia o/a docente como “produtivo”, alguém que teve o mérito – eis uma expressão do *ethos* produtivista-empresarial afinadíssimo –, alguém que se destacou porque se apresentou e foi contemplado. Nas palavras de Santos (2016, p. 84-85),

esse movimento, ao adentrar sutilmente o espaço da pesquisa na universidade, consolida uma prática em que o pesquisador, por meio da política de produtividade instalada, ainda que disfarçadamente, requereria assumir a iniciativa de buscar complementação salarial no desenvolvimento de pesquisas engajadas ao setor produtivo o que poderia render, além de mérito acadêmico, alguma quantia em dinheiro, na maioria das vezes em forma de bolsas de auxílio à pesquisa.

Há os que vêm consolidando notoriedade nacional em sua área em função das articulações que tal *modus operandi* estabelece, como Lucio (2016, p. 20-21) indica baseada em sua análise dos professores alfabetizadores: “Por meio da política de editais, dirigida às universidades, criam-se centros de educação que se tornam prestadores de serviço de formação continuada para as redes de ensino de todo o país.”. Não à toa, Evangelista e Shiroma (2011, p. 238) caracterizam a política de editais como

um verdadeiro fenômeno de cooptação dos professores na universidade, ratificando aspecto até aqui abordado, mas agregando ao debate: “Essa política é uma forma de se conseguir um sobressalário e, ao mesmo tempo, aderir às políticas de Lula, do governo”.

Analisando a adesão das IPES aos editais de programas de formação inicial de professores, confluímos com as autoras ser de suma importância a conjuntura geral em que se insere a problemática. O resgate do dado de que a política de editais como ferramenta para a formação docente ganhou força na ascensão do primeiro governo do PT, sabidamente apoiado por setores universitários, nos municia para compreender a imediata filiação⁴ aos mesmos. Além de que, mais do que apenas entusiasmo e até confiança na qualidade das proposições, muitas ocasionaram “resultados” visíveis, como o que Anhaia (2018, p. 50) expõe acerca da “[...] ampliação da oferta das Licenciaturas em Educação do Campo, via política de editais [na qual] em seis anos passou-se de quatro para cerca de 40 cursos [...]”. O que poderia parecer o encontro com demandas históricas dos trabalhadores, retumbando a democracia e a justiça social anunciados com os projetos, contudo, não foi submetido ao devido escrutínio que o rigor científico exige e deixou de ser pensado em relação às determinações mais gerais em que se inserem. Deste modo, questões imediatas e concretas que, no caso dos editais analisados por Anhaia (2018) deveriam ser providas junto com os cursos, tais como suas condições físicas de instalação ou o diminuto aporte de pessoal para realizá-los, não foram sequer problematizadas.

Assim, docentes das universidades se tornaram carneiros do desfile brilhante, dando inclusive seu próprio couro para o “bataque” seguir. Os resultados gerados, se vistos fora do pequeno espectro em que se inserem e ao qual impactam, têm certo brilho, mas mais de tiros saídos pelas culatras do que de fogos de parada festiva...

Nem tudo que reluz...

Apesar de não debatida pela literatura recolhida, a adesão aos editais de formação docente constatada nas IPES revela uma filiação acrítica a uma política, entre outras coisas, preponderantemente instável e focal que, se oferece possibilidades aos grupos aos quais se dirige, o faz de modo pontual e sem qualquer garantia de estabilidade. Barata (2013) busca compreender em sua dissertação como um movimento social realiza a disputa pela educação pública e, para tanto, dedica-se ao estudo de caso do Quilombo do Campinho da Independência, em Parati/RJ. Em seu trabalho, analisa impactos de editais acessados pela comunidade e aponta que

a política de editais circunscreve a comunidade a, além de um determinado tipo de discurso, uma dinâmica temporária (acompanhando o tempo homogêneo e acelerado do dominador) o que limita as ações dos projetos criados pela comunidade, inviabilizando sua perenidade, e por isso não produzindo resultados a longo prazo na comunidade (p. 84).

A perenidade das temáticas fomentadas não é característica que corresponde à política que lança mão dessa ferramenta, mas pode-se dizer que perene é de fato uma ideia que não combina com a

lógica dos editais tendo em vista que sua forja se pauta, lembremos, na escassez de recursos e na flexível mobilidade destes. Anhaia (2018, p.128) ratifica tal percepção ao apontar que se trata de uma política que

[...] sempre está refém de financiamento específico, de vontades de agentes políticos pontuais e da correlação de forças tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, demandando mobilizações constantes por parte dos movimentos sociais.

Considerando que a instabilidade dessa política é manejada e que ela vem sendo aplicada em diferentes setores – pela pesquisa realizada as áreas da Cultura, Saúde, Educação e Planejamento Urbano têm sido alvo de destinação de recursos via editais – nossa atenção precisa se voltar a uma consequência dessa organização, qual seja, a crescente retirada de salvaguarda de previsões orçamentárias públicas para esses campos. Ao mesmo tempo, a PE apresenta uma maleabilidade que dá total arbítrio aos formuladores, por fora e acima das instituições e sujeitos aos quais os editais serão disponibilizados. Inclusive no que se refere às ênfases a serem induzidas. Um exemplo cabal disso é a fugaz existência do Pibid Diversidade, que teve apenas dois editais publicados – 2010 e 2013. Um *modus operandi* eficiente ao capital tanto do ponto de vista econômico quanto ideológico, como o caso do Pibid demonstra.

Com a adesão acrítica em muitas das IPES, os Programas de formação via editais vão se firmando hegemonicamente como estratégias válidas e alguma mobilização, quando ocorre, é por sua manutenção, ou seja, pela premência do efêmero, tamanha ausência de análises que deem uma perspectiva mais totalizante da política em curso. De modo análogo, como lemos em Costa (2013, p. 298),

[...] esperam os trabalhadores da APESMI [Associação de Pescadores Artesanais da Vila de São Miguel] que o apoio do estado seja permanente, não somente este realizado pela ‘política de editais’, e saindo do senso comum de que a assistência deve ser apenas provisória e pontual.

Ainda que na expectativa narrada haja sinais de percepção dos limites dos editais como política que atenda satisfatoriamente à classe trabalhadora, a esperança na benevolência do Estado indica a alienação quanto à sua intencionalidade para com a formulação e implementação desta linha política. Um distanciamento crítico que precisa ser revertido.

A despeito dessa inconstância, vários dos editais têm sido lançados para originar o que não seria temporário, como é o caso do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo na área de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – *campus* de Laranjeiras do Sul. Os impactos desse desalinho são bem complexos, como assinalado:

[...] por ser constituído a partir de uma política de editais [o curso] enfrenta dificuldades de institucionalização, de recursos financeiros por não ter uma política orçamentária definida e caracterizando-se como uma política de atendimento específico (ANHAIA, 2018, p. 203).

No que tange especificamente à formação de professores esses dois últimos aspectos ganham relevo.

Editais para a formação docente: apontamentos a partir da literatura

Como destacamos, nenhum dos textos recolhidos trata da Política de Editais na Formação Docente, mas a partir da literatura e em diálogo com demais autores, construímos reflexões. Evangelista (2012, p. 42) indica que “é impactante o número de programas de formação docente no governo Lula e seu direcionamento político como questão de Estado”. Reforçando a ideia de que há um movimento de modificação da lógica da política pública no campo, tendo em vista que uma declarada “questão de Estado” não mais é tratada no âmbito de uma política de Estado, a autora discorre sobre as iniciativas, contextualizando-as, ainda que sem referi-la especificamente, no bojo da criação da política de editais de financiamento na área:

[...] o governo organizou 11 programas específicos para formação, cinco para preparo de material de estudo, um programa de estímulo à iniciação à docência no nível superior [Pibid], três redes, um sistema de formação à distância [UAB], uma política de formação articulada à CAPES [Residência Docente], um prêmio para professores, um fundo (FUNDEB), um banco de dados internacional, três programas de formação de profissionais da escola – entre eles o professor – e os programas GESTAR [Gestão da Aprendizagem Escolar] e PRADIME [Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação].

Em consonância com o que desenvolvemos, a autora contribui para que tenhamos o recorte da força com que a política de editais foi implementada no escopo da formação docente. A profusão de tipos de programas/projetos, majoritariamente oferecidos por meio de editais públicos, não deixa dúvidas sobre o relevo da estratégia no campo.

Dedicada a um exame de editais voltados a professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os que lidam com a formalização da leitura e da escrita pelas crianças, Lucio (2016, p. 135) sublinha o conteúdo subjacente aos documentos:

como nenhum enunciado é neutro e seu traço constitutivo é o endereçamento, o edital, de forma objetiva, direciona a que todas as Instituições de Ensino Superior, ou seja, Institutos Normais Superiores, Faculdades de Educação e Universidades, deveriam redefinir seu escopo, numa lógica de um movimento paulatino, no dizer de Roberto Leher, de “desmonte de uma certa imagem, do professor e da formação”.

O compromisso da política com uma lógica que atua, pela organização supostamente racional dos recursos, no cerne do *ethos* formativo ensejado é sublinhado pela autora. Numa linha próxima a esta, temos a contribuição de Anhaia (2018, p. 56) que problematiza os: “[...] editais destinados à Educação do Campo, particularmente os voltados à formação inicial de professores, como uma resposta nos marcos da reforma do capital na educação”. Em seu reflexo no campo da formação de professores, depreendemos haver uma intencionalidade marcada pela política de editais que é a de lançar mão de uma ferramenta que contém esse duplo caráter de organização: financeiro e ideológico.

Perceber a política de editais como uma estratégia de privatização não clássica (GRANEMANN, 2012) e relacionar seu desenvolvimento aos dados alarmantes sobre o vertiginoso crescimento do negócio da capacitação dos futuros professores, nos termos de Evangelista, Seki e Souza (2019), é tarefa crucial nesta quadra histórica. O que se desenha é a entrega da formação do

magistério nacional à iniciativa privada, não apenas direta, mas indiretamente também: além das numericamente superiores matrículas nas instituições particulares – em cursos presenciais ou a distância (esmagadora maioria) –, acompanha-se a política de editais e o fôlego com o qual ingressa, via políticas públicas, como meio de ‘racionalizar’⁵ recursos e garantir a hegemonização do *ethos* burguês dessa formação nas instituições públicas de ensino.

Para concluir por hora

Demonstramos a ausência de produções sobre a Política de Editais na Formação Docente, o que ratifica nossa caracterização da atuação acrítica de parte da intelectualidade, e mesmo da academia, na instalação dos editais. Constatamos que a partir de 2018, segundo revisão de literatura realizada por Ferreira (2021), a tematização dos Programas nos trabalhos acadêmicos começa a apresentar perspectivas que ultrapassam o relato de experiências exitosas até então costumazes, pontuando problemáticas. No entanto, é reforçada a percepção de uma produção matizada pelas experiências dos autores com os Programas resultando análises que tendem a criticar os editais mais recentes – lançados depois de 2016 – como se as proposições que a precederam não estivessem também essencialmente comprometidas com uma lógica criticável. Um exemplo elucidativo, nos parece ser um excerto citado no trabalho referido:

os possíveis efeitos do PRP se anunciarão aos poucos, em processos de sucateamento das instituições públicas de formação inicial através do corte de investimentos, de culpabilização e responsabilização da formação inicial pela má qualidade da Educação Básica no país, de desvalorização docente e, principalmente, em processos de concessão das instituições públicas à iniciativa privada (COSTA; GONÇALVES, 2020, p.319 APUD FERREIRA, 2020).

A produção citada é de 2020, portanto, posterior à EC95, por exemplo. O que é referido como “possível efeito do PRP”, é realidade vigente desde antes da publicação do primeiro edital de Residência Pedagógica. O equívoco de acreditar que, em algum momento da história, a Política de Editais se apresentou como benéfica para a Formação de Professoras/es precisa ser afastado.

Nossas reflexões sinalizam para a compreensão de que as novas ênfases inquiridoras não se traduzem em percepção do ardil da Política de Editais. Ademais, indicam a necessidade de atenção a uma outra armadilha colocada pela atual conjuntura política do país. Dirigindo suas ressalvas aos editais mais recentes dos Programas, essas produções manifestam uma contestação ensimesmada que não atinge a análise da política em sua totalidade e praticamente a ratifica. Situando a contraposição nesses editais, direta ou indiretamente, o pleito passa a ser o da retomada dos parâmetros anteriores, não se questionando a lógica como um todo, seja do ponto de vista da racionalização dos recursos, seja dos conteúdos que propunham para a Formação Docente. Tanto o período a partir do qual a problematização emerge quanto o conteúdo que dissemina levam à percepção de que a interrogação aos editais é circunstancial.

Tal fato se dá porque a Política de Editais é expressão de uma questão nevrálgica para o país, logo, para a produção científica atual: a polarização política. Fruto da atuação governamental petista, a lógica dos editais está preservada nessas críticas parciais e sua refutação recai pontualmente sobre o que se identifica como posterior a ela, ou seja, aos editais publicados pelos governos subsequentes ao período petista. Compartilhando da percepção de que o antipetismo tem um papel relevante na configuração da estrutura do Governo Federal pós 2016, Iasi (2020) afirma que setores das classes dominantes “pensaram em utilizar Bolsonaro como alternativa para derrotar o petismo para implementar a agenda mais dura do capital em crise”. É indubitável que, desde o golpe que colocou Michel Temer no poder e se desdobrou na eleição de Jair Messias Bolsonaro, o recrudescimento dos arrochos orçamentários, dos ataques às políticas sociais; o ascenso das políticas regressivas foram intensificados e vêm demandando uma cruzada que exige unidade contra os retrocessos.

Enfrentamos um contexto de fortalecimento político-ideológico conservador que precisa ser observado e enfrentado, mas este não pode nos desvirtuar de nossa tarefa como pesquisadores filiados ao materialismo histórico-dialético. Não podemos abrir mão, inadvertidamente, de análises e estudos que evidenciem a materialidade do período histórico anterior ao que vivenciamos sob pena de nos afastarmos da compreensão da realidade bárbara que se construiu ao longo do tempo e que não será superada sem consciência de classe. Como alertado por Benjamin (1994, p. 223), “a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” precisa estar no horizonte de nossas pesquisas. Nesse contexto, é fundamental compreendermos que se derrotar a ignorância, a intolerância, o elitismo, a barbárie, é essencial; não fechar os olhos para o fato de que todos os males do mundo não nasceram com a ascensão do Messias-Bolsonaro (Partido Liberal) igualmente o é. Para derrotar de fato o projeto de país que este bloco no poder representa, que é uma modulação do programa essencial do capital, a tarefa é ainda maior que a de derrotar Bolsonaro. Há que se compreender o percurso histórico das políticas de formação e, neste acompanhamento, reconhecer o fato de que a política engendrada nos anos 2000, que tem os editais como uma de suas ferramentas, não apresenta rupturas com a lógica e o ideário da política que se desenrolava até então, ao contrário, responde a eles; dá continuidade, aprofunda e concretiza princípios, perspectivas e a forma social (CATINI, 2013) preconizados pelo neoliberalismo. Voltemos à crítica!

Referências:

ANHAIA, Edson Marcos de. **Formação de Professores:** realidade, contradições e possibilidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFFS – Campus de Laranjeiras do Sul – 2012 – 2017. Tese (Doutorado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2018. 224p.

BARATA, Jade Prata Bueno. **Educação entre alienação e emancipação:** um estudo de caso do Quilombo Campinho da Independência, Parati, RJ. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. 102f.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253p.

- BRASIL. MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** s.d.a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- BRASIL. CAPES. DEB. **Relatório de Gestão 2009-2013:** Parfor. Brasília, 2013a Disponível em: <https://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BRASIL. CAPES. DEB. **Relatório de Gestão 2009-2013:** Pibid. Brasília, 2013b. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/1892014-relatorio-PIBID.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BRECHT, B. Schweyk na Segunda Guerra Mundial. In: KONDER, L. **A poesia de Brecht e a História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p.66.
- CAMPOS, Shirlei Neves dos Santos. **Estudo dialógico de um programa público-privado de formação continuada do professor de língua portuguesa.** Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Campinas, SP: UNICAMP, 2016. 255p.
- CATINI, Carolina de Roig. A escola como forma social: um estudo do modo de educar capitalista. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP, 2013. 258p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122013-153624/pt-br.php>. Acesso em: 05 set. 2021.
- COSTA, Aléssio Almada da. **A Educação Ambiental como proposta crítica para práticas emancipatórias com pescadores artesanais:** um estudo de caso no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. Tese (Doutorado em Educação Ambiental). Rio Grande: FURG, 2013. 341f.
- DINIZ, Flávio Pereira. **A extensão universitária como instrumento de política pública.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Goiânia: UFG, 2012. 140p.
- EVANGELISTA, Olinda. Políticas Públicas educacionais contemporâneas, formação docente e impactos na escola. In: **Anais do XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino.** Campinas: Junqueira e Marin Editores, 2012. Livro 1, p.39-51.
- EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji; GOMES DE SOUZA, Artur. O crescimento perverso das Licenciaturas privadas. In: EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji; GOMES DE SOUZA, Artur e TITTON, Mauro (Orgs.). **Desventuras dos Professores na formação para o capital.** Campinas: Mercado de Letras, 2019. p. 51-82.
- EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida O. A nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil: Entrevista com Lúcia Neves. In: **Perspectiva.** Florianópolis: v. 29, n. 1, p. 229-242, jan./jun. 2011.
- FERREIRA, Samuel Giovanni dos Santos. A Residência Pedagógica e a formação do Professor Socorrista. TCC (Curso de Pedagogia). Florianópolis: UFSC, 2021, 63p.
- FLORES, Renata L. B. Garimpagem: O projeto de Residência Docente na produção acadêmica atual. In: **Anais Rede Estrado 2017.** Campinas: UNICAMP, 2017. Disponível em: http://anaisbr2017.redeestrado.org/files/abstracts/000/000/034/original/Garimpo_redestrado_sem_tabela.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.
- FLORES, Renata L. B. A Política de Editais como Religião Laica: o legado dos governos PT para a Formação Docente. 2021. Olinda Evangelista. 241p. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- GARROTI, Carina Pascotto. **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Brasil:** avanços e desafios. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural). Campinas, SP: UNICAMP, 2014. 319p.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a, vol. 2.
- GRANEMANN, Sara. Estado e questão social em tempos de crise. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Orgs.). **O avesso dos direitos:** Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p.41-60.

- HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo, 2003. 318p.
- IASI, Mauro. O 31 de março de Jair Bolsonaro. Blog da Boitempo. 13 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/13/o-31-de-marco-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 01 out. 2021.
- KATO, Fabíola Bouth Grello. **A nova política de financiamento de pesquisas: reforma no Estado e no novo papel do CNPQ**. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos: UFSCAR, 2013. 179p.
- LEHER, Roberto. 25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período. In: Guimarães, Cátia (Org.) **Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de Formação Politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010, p.29-72. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_25_anos.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.
- LUCIO, Elizabeth Orofino. **A palavra conta, o discurso desvela: saberes docentes na formação continuada de professores de leitura e escrita**. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. 220f. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2016/tElizabethOrofino.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 894p.
- MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos. A Universidade Federal de Pernambuco e a “Política de Editais”: uma análise a partir do ciclo de políticas públicas. In: **Revista Educação Unisinos**. S.l.: volume 20, número 2, p.215-223, maio-agosto 2016.
- MORATO, Natália. **MEC vai investir R\$ 1 bilhão para formação de professores com 190 mil vagas**. [online] 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/8769-ministerio-da-educacao-vai-investir-r-1-bilhao-para-formacao-de-professores-com-190-mil-vagas>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- NASCIMENTO, Alásia Santos Ramos do. **As tecnologias digitais como dispositivo de poder: da Universidade Aberta do Brasil ao Sistema Virtual de Aprendizagem do Brasil – Moodle**. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: UFPB, 2015. 364p.
- OREALC/UNESCO. La educación como bien público y estratégico: encuentro regional Unesco – Unicef. 2005.
- PENIDO, Yvaga. KAPLAN, Leonardo e LOUREIRO, Frederico. Políticas Públicas instituídas pelo Ministério do Meio Ambiente: análise da documentação e implementação do Programa de Formação de Educadores/as Ambientais (ProFEA). *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*. Niterói: UFF, Ano IV, Nº 8, setembro de 2014. [online]
- SANTOS, Sílvia Alves dos. Mudanças na Graduação na Universidade Pública: a nova prática da Iniciação Científica. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2013. 124p.
- SILVA, Simone Maria da. **Pesquisa científica, editais de financiamento e a heteronomia acadêmica**. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. 130 f.
- SILVA, Simone Maria da. **As políticas de ciência e tecnologia a partir da criação do Ministério de Ciência e tecnologia: um novo padrão de pesquisa e as implicações para as universidades públicas**. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. 229 f.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis; KATO, Fabíola Bouth Grello e EWERTON, José Augusto. Americanismo, O novo marco de Ciência, Tecnologia e Inovação: sequestro do fundo público pelo capital financeiro. **EccoS – Rev. Cient.** São Paulo: n. 47, p. 171-193, set./dez. 2018.

Notas

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Colégio de Aplicação da UFRJ. Pesquisadora do Grupo de Investigações em Política Educacional (GIPE-Marx/UFSC) – <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/766409> – e do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (ColeMarx/UFRJ) – <https://colemarx.educacao.ufrj.br/>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2976338341820109>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7508-9909>. E-mail: renataflores2010@gmail.com.

² A referida Tese.

³ Com o advento da pandemia do vírus SARS-CoV-2 e a adoção, por várias instituições, de atividades a distância, a pesquisa teve a possibilidade de acessar eventos promovidos pelas mais diversas IPES pelo país.

⁴ Cumpre ressaltar que a política oficial por vezes foi gestada dentro das próprias instituições públicas, como no caso do PARFOR, nascido em 2009, mas com o primeiro edital público lançado apenas em 2013.

⁵ As aspas visam marcar nossa crítica ao discurso corrente. O que eles chamam de ‘racionalização’ nós sabemos se tratar da pauperização das políticas sociais, do racionamento do financiamento do Estado para com a política de formação docente pública.

Recebido em: 01 de out. 2022

Aprovado em: 30 de nov. 2022